

Francisco Sá 3
Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações Financeiras 31 de
dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.**

Francisco Sá - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.


Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivos	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	5	2.416	7	Fornecedores	11	836	4.563
Clientes a receber	6	1.358	-	Financiamentos	13	6.692	3.339
Impostos a recuperar		12	4	Obrigações tributárias	12	135	359
Adiantamento a fornecedores	7	53	6.136	Arrendamento	10.c	27	23
Despesas antecipadas		138	184	Dividendos	16	560	-
Total do ativo circulante		<u>3.977</u>	<u>6.331</u>	Total do passivo circulante		<u>8.250</u>	<u>8.284</u>
Cauções e depósitos vinculados	8	2.699	2.133	Financiamentos	13	83.607	70.325
Partes relacionadas	14	<u>4.253</u>	<u>5.738</u>	Arrendamento	10.c	4.416	4.094
Total realizável a longo prazo		<u>6.952</u>	<u>7.871</u>	Partes relacionadas	14	765	612
Imobilizado	9	136.017	111.329	Provisão para descomissionamento	15	<u>1.470</u>	-
Direito de uso	10	<u>4.517</u>	<u>4.280</u>	Total do passivo não circulante		<u>90.258</u>	<u>75.031</u>
Total do ativo não circulante		<u>147.486</u>	<u>123.480</u>	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		48.627	46.627
				Reserva de lucros		4.328	-
				(Prejuízos) acumulados		-	(131)
				Total do patrimônio líquido		<u>52.955</u>	<u>46.496</u>
Total do ativo		<u>151.463</u>	<u>129.811</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>151.463</u>	<u>129.811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	18	13.291	-
Custos de Operação	19	<u>(5.968)</u>	<u>-</u>
Lucro Bruto		<u>7.323</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas	19	<u>(159)</u>	<u>(39)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>7.164</u>	<u>(39)</u>
Receitas financeiras	20	349	65
Despesas financeiras	20	<u>(1.265)</u>	<u>(59)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(916)</u>	<u>6</u>
Resultado antes dos impostos		<u>6.248</u>	<u>(33)</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(303)</u>	<u>(10)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>5.945</u></u>	<u><u>(43)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>5.945</u>	<u>(43)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>5.945</u></u>	<u><u>(43)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de Lucros		Prejuízos / Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	A integralizar	Reserva legal	Lucros a disposição da AGO		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		22.332	-	-	-	(88)	22.244
Integralização de capital		24.284	-	-	-	-	24.284
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	11	-	-	-	11
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(43)	(43)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		46.616	11	-	-	(131)	46.496
Integralização de capital	17	2.011	(11)	-	-	-	2.000
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	5.945	5.945
Constituição de reserva legal	17	-	-	291	-	(291)	-
Reserva de retenção de lucros	17	-	-	-	4.037	(4.037)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	(1.381)	(1.381)
Dividendos adicionais constituídos	16	-	-	-	-	(105)	(105)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		48.627	-	291	4.037	-	52.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos impostos		<u>6.248</u>	<u>(33)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	9	3.339	-
Juros sobre arrendamento	10	413	-
Juros de financiamentos	13	823	-
Ajuste a valor presente da provisão de descomissionamento	15	26	-
Amortização do direito de uso	10	<u>139</u>	<u>-</u>
		<u>10.988</u>	<u>(33)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	6	(1.358)	-
Adiantamento a fornecedores	7	6.083	(167)
Impostos a recuperar		(8)	(2)
Despesas Antecipadas		46	(184)
Fornecedores	11	(7.651)	2
Obrigações tributárias	12	<u>(224)</u>	<u>350</u>
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>7.876</u>	<u>(34)</u>
Pagamento de juros s/ financiamentos	13	(67)	-
Pagamento de IR e CS	21	<u>(303)</u>	<u>(10)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>7.506</u>	<u>(44)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado e intangível	9	<u>(16.401)</u>	<u>(99.463)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(16.401)</u>	<u>(99.463)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamentos	13	(594)	-
Captação de financiamentos	13	10.215	63.397
Pagamento de arrendamento	10	(463)	(417)
Aumento de capital	17	2.000	24.284
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	11
Dividendos	16	(926)	-
Partes relacionadas	14	1.638	(5.127)
Cauções e depósitos vinculados	8	<u>(566)</u>	<u>5.951</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>11.304</u>	<u>88.099</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>2.409</u>	<u>(11.408)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	7	11.415
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	<u>2.416</u>	<u>7</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>2.409</u>	<u>(11.408)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em junho de 2018, com sede em Francisco Sá, no Estado de Minas Gerais.

A controladora direta da Companhia é a Francisco Sá Solar Holding S.A. e a controlada final é a Nebras do Brasil Investments 1 Ltda.

A Companhia tem como principal atividade a implantação e exploração de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cuja capacidade instalada atual é de 30 MW médios.

O registro na ANEEL se deu por meio da portaria nº 361/2018, publicado no Diário Oficial em 22 de agosto de 2018, sendo que suas operações tiveram início em 07 de abril de 2022. O prazo de duração da autorização é de 35 anos.

Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o seguinte contrato de longo prazo de venda de energia:

Companhia	Tipo	Energia Contratada (MW médios)	Preço contratado (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data prevista de início	Mês de reajuste
Francisco III	LEN A-4 001/2018	9,1	R\$ 154,42	IPCA	20 anos	01/01/2022	janeiro

O Contrato de comercialização de energia elétrica acima demonstrado foi efetuado no ambiente regulado de energia – ACR por meio de contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) por disponibilidade.

De acordo com o contrato original assinado, a Companhia deveria iniciar a comercialização de energia em janeiro de 2022. Todavia, em 01 junho de 2021, a Companhia descontratou 100% da energia contratada no Ambiente de Mercado Regulado, referente ao exercício de 2022, no leilão do MCSD(**). Dessa forma, os contratos CCEAR terão seu início em 01 de janeiro de 2023.

As informações adicionais sobre os contratos vigentes em 2022, do ACL, estão na nota explicativa nº 3.h.

(**) Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - Metodologia desenvolvida para permitir que sejam realizadas transferências de energia adquirida em leilões, na forma de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), entre agentes distintos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 06 de abril de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 22, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 09 - Imobilizado:** principais premissas utilizadas na avaliação da vida útil do imobilizado
- **Nota explicativa 10 – Direito de uso e arrendamento:** principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.
- **Nota explicativa 15 – Provisão para desmobilização:** principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos futuros e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

e. Continuidade operacional

O Capital circulante líquido negativo da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.273 (R\$ 1.953 em 2021), decorrente principalmente, da parcela de curto prazo do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (R\$ 6.692), conforme nota explicativa nº 13. Com a entrada em operação no segundo trimestre de 2022, a Administração compreende que reverterá tal cenário ao longo de 2023.

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de venda de energia firmados no ambiente de contratação livre (ACL). Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado inicialmente ao custo na data de aquisição, e são deduzidos da depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de aquisição e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, limitada ao período de autorização, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para descomissionamento

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques solares encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 15. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são:

Desmontagem dos equipamentos, remoção das áreas construídas, trâmites prévios, reaterro, gestão de resíduos e restauração ambiental. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base na quantidade física de itens instalados nas subestações, linhas, redes e demais instalações dos parques solares, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base na taxa livre de risco e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,40% a.a.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial em seus fluxos de caixa futuros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de uma passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

h. Reconhecimento de Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

As faturas de venda de energia mensal são emitidas até o 3º dia útil do mês subsequente ao uso da energia e o prazo de recebimento é até o 6º dia útil, em uma única parcela. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

i. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo).

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado.

j. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual Imobilizado - Recursos Antes do Uso	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1) / IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2) / IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixas e Bancos	877	7
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>1.539</u>	<u>-</u>
	<u><u>2.416</u></u>	<u><u>7</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa média 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Clientes a receber

	2022	2021
Suprimento de energia	<u>1.358</u>	<u>-</u>
	<u><u>1.358</u></u>	<u><u>-</u></u>

Os valores referem-se ao contrato de venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL).

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui saldos vencidos, o risco de perdas não é significativo, não existe histórico de perda desses recebíveis e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Adiantamento a fornecedores

	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	<u>53</u>	<u>6.136</u>
	<u>53</u>	<u>6.136</u>

Referem-se a valores contratados, adiantados aos fornecedores dos projetos para construção dos parques fotovoltaicos. Em 31 de dezembro de 2022, devido a entrada em operação dos parques de geração solar, houve uma redução significativa nos saldos de adiantamentos a fornecedores.

8 Cauções e depósitos vinculados

	2022	2021
Banco do Nordeste do Brasil S/A	<u>2.699</u>	<u>2.133</u>
	<u>2.699</u>	<u>2.133</u>

Os depósitos vinculados no montante de R\$2.699 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.133 em 2021) referem-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa de 98% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data do vencimento final do financiamento como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na Nota Explicativa nº 13.

9 Imobilizado

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção do parque.

	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferência de Imobilizado Unitização (ii)	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em construção (i)		111.329	26.583	(136.690)	-	1.222
Usinas - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,49%	-	-	3.835	(75)	3.760
Máquinas e Equipamentos	4,87%	-	-	128.956	(3.164)	125.792
Sistema de Transmissão de Conexão - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,23%	-	-	1.472	(29)	1.443
Máquinas e Equipamentos	4,42%	-	-	2.393	(55)	2.338
Móveis e Utensílios	6,25%	-	-	2	-	2
Total do ativo imobilizado		111.329	26.583	(32)	(3.323)	134.557
Sistema de Transmissão de Conexão - Intangível em Serviço						
Softwares	20%	-	-	32	(4)	28
Total do ativo intangível		-	-	32	(4)	28
Total do ativo imobilizado e intangível		111.329	26.583	-	(3.327)	134.585
Descomissionamento (iii)	3,24%	-	1.444	-	(12)	1.432
Total		111.329	28.027	-	(3.339)	136.017

- (i) Do montante de R\$ 7.081 de juros provisionados, R\$ 823 foram para o resultado e R\$ 6.258 foram capitalizadas no imobilizado em construção.
- (ii) O montante refere-se a transferência do imobilizado em construção para o imobilizado através de unitização do bens que ocorreu em junho de 2022.
- (iii) A provisão para descomissionamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O reconhecimento inicial ocorreu em 2022, onde atendeu a todos os critérios da Companhia, sendo a entrada em operação, unitização e o recebimento de 95% do financiamento do BNB.

10 Direito de uso e arrendamento

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2020. O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- **Terrenos:** referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia.

a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,23%	4.804	(287)	4.517
		4.804	(287)	4.517
Total direito de uso		4.804	(287)	4.517
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2021		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,23%	4.428	(148)	4.280
		4.428	(148)	4.280
Total direito de uso		4.428	(148)	4.280

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Valor líquido em 31/12/2021	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	4.280	376	(139)	4.517
Total do ativo	<u>4.280</u>	<u>376</u>	<u>(139)</u>	<u>4.517</u>

c. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, segue demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2021	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2022
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	13.147	1.122	(463)	-	13.806
(-) Ajuste a valor presente	(9.030)	(746)	-	413	(9.363)
Total	<u>4.117</u>	<u>376</u>	<u>(463)</u>	<u>413</u>	<u>4.443</u>
Circulante	23				27
Não circulante	4.094				4.416
Total	<u>4.117</u>				<u>4.443</u>

11 Fornecedores

	2022	2021
Materiais e serviços	651	4.563
Mercado de curto prazo – CCEE	185	-
	<u>836</u>	<u>4.563</u>

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica.

12 Obrigações tributárias

	2022	2021
Pis a recolher	17	-
Cofins a recolher	80	-
IR retido sobre serviços	7	3
Pis/Cofins/Csll retidos	14	3
INSS retido	8	249
ISS retido	9	104
Total	<u>135</u>	<u>359</u>

13 Financiamentos

a. Composição dos empréstimos:

	31/12/2022					31/12/2021				
	Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Moeda nacional										
Banco Nordeste do Brasil S.A.	5.302	4.827	1.390	78.780	90.299	2.646	469	693	69.856	73.664
Total de dívidas	5.302	4.827	1.390	78.780	90.299	2.646	469	693	69.856	73.664

Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa de juros de 1,96% a.a. + IPCA, com vencimento previsto em 15 de junho de 2042.

b. Movimentação dos empréstimos:

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	693	-	(594)	-	1.291	1.390
Juros	2.646	-	(67)	-	2.723	5.302
	3.339	-	(661)	-	4.014	6.692
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	69.856	10.215	-	-	(1.291)	78.780
Juros	469	-	-	7.081	(2.723)	4.827
	70.325	10.215	-	7.081	(4.014)	83.607

Do montante de R\$ 7.081 de juros provisionados, R\$ 823 foram para o resultado e R\$ 6.258 foram capitalizadas no imobilizado em construção.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não circulante	
2024	7.134
2025	7.543
2026	7.625
2027	7.676
2028 a 2042	<u>53.629</u>
Total	<u><u>83.607</u></u>

Obrigações Contratuais – Covenants

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

- Fianças bancárias;
- Cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia;
- Penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva (nota explicativa nº 8);
- Cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização;
- Alienação das máquinas e equipamentos.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de empréstimos não possui cláusulas restritivas (“covenants”).

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Itaú e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

14 Partes relacionadas

A Companhia usualmente possui saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, usualmente liquidados no mês subsequente.

(i) Contas a receber de partes relacionadas

	2022	2021
Francisco Sa 1 Energias Renováveis (a)	-	1.485
Francisco Sa 2 Energias Renováveis (a)	<u>4.253</u>	<u>4.253</u>
Total	4.253	5.738

- (a) Os saldos a receber referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassadas as demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.

(ii) Contas a pagar de partes relacionadas

	2022	2021
Francisco Sá 1 Energias Renováveis (b)	765	-
Canadian Solar (c)	-	612
Total	765	612

- (a) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassados s demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.
- (b) Saldo referente à compra dos painéis solares (imobilizado em construção) junto a Canadian Solar Inc., acionista minoritária e detentora de 20% das ações das empresas do complexo Francisco Sá.

(iii) Remuneração da administração

A Administração é composta pela Diretoria Estatutária. Sua remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi paga pela administradora (não controladora), Nebras Power Latin America Ltda.

15 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque fotovoltaico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2053.

No ano exercício de 2022, a Companhia estimou como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 12.293, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de R\$ 7,40% reconheceu o valor presente de R\$ 1.444 e sobre este valor anualmente serão reconhecidos os ajustes a valor presente.

O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques fotovoltaico (Nota 10).

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Provisão registrada durante o ano	1.444
Ajuste a valor presente	26
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.470

16 Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar:

	2022
Dividendos constituídos	
Dividendos mínimos obrigatórios	1.381
Dividendos adicionais constituídos	<u>105</u>
	<u>1.486</u>
Dividendos pagos no exercício	<u>926</u>
	<u>560</u>

17 Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 48.627 (R\$ 46.627 em 31 de dezembro de 2021), representado por 48.627.153 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Francisco Sá Solar Holding S.A., detentora de 100% das ações.

	2022	2021
Destinação dos lucros:		
Lucro a ser destinado:		
Lucro do exercício (-) absorção dos prejuízos acumulados	5.814	(131)
Constituição da reserva legal - 5% (i)	<u>(291)</u>	<u>-</u>
	<u>5.523</u>	<u>(131)</u>
Destinação do lucro:		
Dividendos complementares		
Dividendos (ii)	1.381	-
Dividendos adicionais	105	-
Lucros a disposição da AGO (iii)	<u>4.037</u>	<u>-</u>
	<u>5.523</u>	<u>-</u>

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, e os dividendos adicionais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 2.000, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 2.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

18 Receitas Operacionais

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	13.523	-
Energia de curto prazo	271	-
Receita operacional bruta	13.794	-
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(503)	-
Total de deduções da receita operacional	(503)	-
Receita operacional líquida	13.291	-

19 Custos e despesa por natureza

	2022			2021		
	De operação	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(423)	-	(423)	-	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.482)	-	(1.482)	-	-	-
Serviços de terceiros	(312)	(117)	(429)	-	(39)	(39)
Depreciação	(3.335)	-	(3.335)	-	-	-
Amortização	(143)	-	(143)	-	-	-
Seguros	(273)	-	(273)	-	-	-
Outras	-	(42)	(42)	-	-	-
Total	(5.968)	(159)	(6.127)	-	(39)	(39)

20 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	345	65
Outros juros e variações monetárias	4	-
Receitas financeiras total	349	65
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Financiamentos	(825)	-
Ajuste a valor presente (arrendamento)	(413)	-
Provisão para descomissionamento	(27)	-
Outras despesas financeiras	-	(59)
Despesas financeiras total	(1.265)	(59)
Total resultado financeiro	(916)	6

21 Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$303 (R\$10 em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	13.794	13.794
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.104	1.655
Demais receitas	349	349
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	197	106
Alíquota efetiva	1,39%	0,75%

- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir vencimentos de curto prazo e não estar vinculado a índices variáveis, reflete seu valor contábil e não foi incluído na tabela acima

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central, do Relatório Focus, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos.

Variações das taxas índices		31/12/2022	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de índices					
IPCA		5,79%	5,78%	7,23%	8,67%
CDI		13,65%	12,37%	15,46%	18,56%
Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2022	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA (a)	90.299	5.219	6.524	7.829
Aplicações financeiras e depósitos vinculados	CDI (b)	4.238	524	655	786

(a) Índice de proteção ao consumidor amplo - Fonte: Relatório Boletim Focus

(b) Certificado de depósito interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2021	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	4.563	4.563	4.563	-	-	-
Arrendamento	4.117	13.332	416	416	2.083	10.417
Financiamentos	73.664	80.754	3.339	3.851	14.473	59.091

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2022	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	836	836	836	-	-	-
Arrendamento	4.443	13.805	460	460	1.380	11.505
Financiamentos	90.299	148.392	6.692	7.134	22.844	111.722

23 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa		
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício	3.924	7.241
Provisão para descomissionamento (nota 15)	1.444	-
Capitalização de juros de financiamentos (nota 13)	6.258	3.011
Capitalização de juros de arrendamentos (nota 10)	-	154
Amortização de direito de uso de terrenos (nota 10)	-	80
	<u>11.626</u>	<u>10.486</u>

24 Contingências

Risco provável

Em 31 de dezembro de 2022, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Risco possível

Processo Administrativo – Aneel

Em dezembro de 2022 a Aneel impôs penalidade pelo atraso na implantação do empreendimento, no montante de R\$ 249,334.62, supostamente, de acordo com o correspondente Edital. Em dezembro de 2022 a Companhia interpôs recurso administrativo. Em fevereiro de 2023, foi concedido efeito suspensivo ao recurso, de forma que a multa encontra-se suspensa até julgamento do recurso.

Processo Administrativo Ativo – ICMS

A companhia entrou em ação contra o estado de Minas Gerais para suspensar os pagamentos de ICMS sobre os encargos de transmissão e solicitar o reembolso dos valores pagos, no montante de (R\$ 55).

25 Evento Subsequente

Em janeiro de 2023, tiveram início os contratos do CCEAR, ou seja, as vendas de energia elétrica do mercado regulado (ACR).